

Ajuda aos devedores: um superbanco resolve?

— Discutir as condições em que serão dados os empréstimos antes mesmo de criar o banco é, no mínimo, muito prematuro, afirmou em Porto Alegre o presidente do Banco de Boston no Brasil, Henrique de Campos Meirelles, ao comentar a posição do governo dos Estados Unidos quando propôs a criação de um superbanco que se encarregaria de rolar a dívida externa dos países do Terceiro Mundo.

O superbanco, pela proposta, só refinanciaria a dívida se os devedores reduzissem a participação do Estado na economia, se abrissem o mercado às importações e diminuíssem a massa geral de salários.

— Em grau final — comentou o banqueiro — este novo banco, ou uma expansão do Banco Mundial,

retiraria do setor privado, para a área governamental, a dívida desses países. Os novos empréstimos seriam feitos pela instituição, com os governos participantes bancando o endividamento novo. Para os bancos, obviamente, isso seria positivo. E acho que também para os países devedores, porque haveria uma discussão mais ampla e multilateral. Aqueles que defendem uma negociação política da dívida seriam também satisfeitos. Ao tratar o assunto a nível de governo, a discussão seria realmente mais política.

Campos Meirelles previu que a próxima rodada de negociações da dívida externa brasileira será difícil, porque o Fundo Monetário Internacional (FMI) não abrirá mão de um certo controle e acompanha-

mento da performance da economia, enquanto o governo quer mais liberdade de ação. “E o que torna as coisas ainda mais complexas é que o Brasil precisa de dinheiro novo”, acrescentou. O banqueiro acredita, no entanto, que haverá um “final feliz”, na medida em que um acordo é do maior interesse, não apenas para os brasileiros, mas também para os credores.

O presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, Luiz Roberto Andrade Ponte, considera a proposta do superbanco uma forma de solucionar o problema da dívida do Terceiro Mundo e de “flexibilizar as negociações”, já que, ao serem feitas com uma instituição internacional formada por governos, “haverá maior facilidade de composição de interesses”.